



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

06/09/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Nova lei regulamenta teletrabalho

O presidente Jair Bolsonaro sancionou com vetos a Lei 14.442/22, que regulamenta o teletrabalho e altera regras do auxílio-alimentação. Publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (5), a norma decorre da Medida Provisória (MP) 1108/22, aprovada pelo Congresso Nacional com alterações.

Na Câmara, a MP foi relatada pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP).

A nova norma define teletrabalho (ou trabalho remoto) como a prestação de serviços fora das dependências da firma, de maneira preponderante ou híbrida, que não pode ser caracterizada como trabalho externo. A prestação de serviços nessa modalidade deverá constar expressamente do contrato de trabalho.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 06 de setembro.

Sancionada lei que simplifica concessão de benefícios do INSS

O presidente Jair Bolsonaro sancionou com vetos a Lei 14.441/22, que altera a análise de benefícios solicitados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (5), a norma decorre da Medida Provisória 1113/22, aprovada pelo Congresso Nacional com alterações.

A lei sancionada dispensa a passagem por exame da perícia médica para pedidos de auxílio por incapacidade temporária (o antigo auxílio-doença). Esse modelo já foi usado em 2020 e 2021 em razão das restrições na pandemia de Covid-19.

Um ato do Ministério do Trabalho e Previdência definirá as condições para a dispensa do exame, quando a concessão ou não do auxílio por incapacidade temporária estará sujeita apenas à análise documental, incluídos atestados e laudos médicos.

Bolsonaro vetou a revogação de três trechos que alteravam a Lei 13.240/15, que trata do uso de imóveis alocados no Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS). Segundo o despacho presidencial, mudanças naquela lei propostas pela Câmara dos Deputados e mantidas pelo Senado contrariam o interesse público.

Com esses vetos, a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio, vinculada ao Ministério da Economia, continuará a representar legalmente o FRGPS caso detenha a gestão de imóveis funcionais ou não operacionais do INSS, e eventuais custos de manutenção continuarão sob responsabilidade do fundo.

Os três vetos ainda serão analisados pelo Congresso, em data a definir. Para que um veto seja derrubado, é necessária a maioria absoluta dos votos de deputados (257) e senadores (41), computados separadamente.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 06 de setembro.

O desafio de fortalecer a Negociação Coletiva

A negociação coletiva envolvendo a representação sindical dos trabalhadores e a representação dos empregadores é um dos direitos fundamentais no trabalho definidos pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Fortalecer a negociação coletiva e a capacidade de representação sindical como instrumento coletivo de regulação é elemento essencial para tratar das mudanças no sistema produtivo, para responder aos objetivos de flexibilidade que empresas e organizações buscam e para garantir as proteções dos empregos que os trabalhadores almejam.

Projetar o futuro e fazer novas escolhas que apostem no desenvolvimento sustentável inclui fortalecer o diálogo social capaz de tratar as relações de trabalho como componente estruturante do modelo de crescimento econômico e de distribuição dos resultados do trabalho de todos, de inclusão pelo emprego e crescimento dos salários.

Cabe projetar sindicatos fortes com capacidade de representação da diversidade de formas de ocupação e de relações de trabalho, com negociação coletiva capaz de tratar dessa diversidade ocupacional e gerar proteção laboral para todos, no contexto de um mundo do trabalho em transformação.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 06 de setembro.

Analistas elevam projeções para o PIB e veem Selic mais alta em 2023

Analistas econômicos elevaram ligeiramente suas projeções para o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano e no próximo, de acordo com a primeira pesquisa Focus do Banco Central divulgada após números do IBGE terem mostrado que a economia brasileira cresceu mais do que o esperado no segundo trimestre do ano.

A sondagem, feita pelo BC com cerca de cem instituições, também revelou um aumento da expectativa para o patamar da Selic no ano que vem, ao mesmo tempo que as estimativas para a inflação sofreram pequeno recuo.

Os analistas esperam que o PIB cresça 2,26% este ano e 0,47% em 2023, um aumento ante a mediana das projeções da semana anterior, de 2,10% e 0,37%, respectivamente.

No segundo trimestre, o PIB teve alta de 1,2% na comparação com os três meses anteriores, após crescimento de 1,1% entre janeiro e março.

O resultado, divulgado na última quinta-feira (1º), ficou acima da expectativa em pesquisa de Reuters de um ganho de 0,9% e mostrou aceleração do crescimento desde o recuo de 0,3% visto no segundo trimestre de 2021.

A nova pesquisa Focus apontou uma redução da mediana das projeções para o IPCA de 2022 para 6,61%, de 6,70% antes. Para o ano que vem, a expectativa para a inflação ao consumidor recuou para 5,27%, de 5,30%.

A Petrobras anunciou na quinta-feira (1º) mais uma redução nos preços da gasolina vendida a distribuidoras, de 7%, no quarto corte consecutivo desde meados de julho, confirmando indicação dada pelo presidente Jair Bolsonaro na véspera, há um mês das eleições, sobre "boa notícia" aos consumidores.

A projeção para a taxa básica de juros no final deste ano foi mantida em 13,75%, que é o patamar em vigor hoje, mas para 2023 a mediana das expectativas passou para 11,25%, de 11% antes.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 06 de setembro.

Endividamento das famílias sobe em agosto ante julho para 79,0% do total, diz CNC

A proporção de famílias brasileiras endividadas cresceu em 1 ponto porcentual (p.p.) na passagem de julho para agosto, para 79%, informou nesta segunda-feira, 5, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ao divulgar a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Na comparação com agosto de 2021, a proporção de famílias endividadas cresceu 6,1 p.p.

A inadimplência, medida pela proporção de famílias que relataram ter dívidas em atraso, ficou em 29,6% do total de entrevistados, alta de 0,6 ponto ante julho. Já a proporção de entrevistados que informou que não terão condições de pagar as dívidas em atraso, um sinal de permanência na inadimplência, ficou em 10,8%, 0,1 ponto acima do registrado em julho.

"A alta do volume de famílias com contas atrasadas deu-se nas duas faixas de renda pesquisadas, mas foi maior entre as famílias de menor renda, o que mostra os desafios que esses consumidores seguem enfrentando na gestão mensal de seus orçamentos", diz a nota divulgada pela CNC.

No caso da proporção de endividados - que considera qualquer tipo de dívida, incluindo o uso de cartão de crédito, mesmo que pago em dia -, o crescimento de agosto se deu no mesmo ritmo entre os mais pobres e os mais ricos.

"A melhora do mercado de trabalho e as políticas de transferência de renda mais robustas têm favorecido a renda das famílias nas faixas mais baixas, mas a inflação ainda elevada desafia o poder de compra desses consumidores", diz a CNC.

A Peic de agosto também identificou um aumento do uso dos carnês e cartões de parcelamento no varejo, em detrimento de instrumentos puramente financeiros. Entre as famílias endividadas, 19,4% recorreram a carnês e cartões de lojas do varejo, aumento de 0,5 p.p. ante julho. O cartão de crédito segue como principal modalidade de endividamento, com 85,3% em agosto, mesma proporção de julho, mas 3,5 p.p. abaixo do registrado em abril, desde quando vem caindo.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 06 de setembro.